



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



COMISSÃO BPN

Não sabia de off-shore

O antigo quadro da Planfin, do universo da dona do BPN até à nacionalização, Leonel Mateus, afirmou ontem no Parlamento desconhecer as *off-shores* envolvidas em operações do grupo e negou responsabilidade nos órgãos sociais destas ou outras.

“Fui órgão social da Planfin na constituição em 2002 (...) que eu saiba nunca fui de outra sociedade”, garantiu, quando confrontado pelos deputados da comissão de inquérito. Leonel Mateus assegurou que nunca fez a contabilidade da Plêiade, da Voilport ou outras sociedades de investimentos no Brasil. ■

ID: 24154200

11-03-2009

BPN ■ EX-BANQUEIRO SAI PELA SEGUNDA VEZ PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS



JOÃO CORTEZÃO

Depois de ter ido à Comissão Parlamentar (onde se remeteu ao silêncio), Oliveira e Costa é esperado hoje no Tribunal da Boa-Hora

Oliveira e Costa hoje na Boa-Hora

■ Testemunho do ex-presidente do Banco Português de Negócios é fundamental para se esclarecer caso de extorsão no valor de cinco milhões

● JOSÉ CARLOS MARQUES

José Oliveira e Costa é esperado hoje no Tribunal da Boa-Hora. O ex-presidente do Banco Português de Negócios (BPN) vai ser ouvido na qualidade de testemunha no caso em que cinco homens são acusados de tentar extorquir cinco milhões de euros ao banco, então por si presidido.

José Oliveira e Costa reuniu-se diversas vezes com Severiano Correia, o homem a quem competia exigir cinco milhões ao BPN a troco de não serem divulgados à Comunicação Social documentos que supostamente comprovavam um esquema de la-

vagem de dinheiro que envolvia uma agência do BPN de Pevidém.

Ouvido em tribunal na última sessão, Armando Pinto, advogado do banco, contou que Oliveira e Costa – sabendo que os documentos em causa nada continham de comprometedor – aceitou negociar e acordou entregar 2,5 milhões de euros. Nunca teve, porém, qualquer intenção de pagar: a Polícia Judiciária foi avisada e as reuniões passaram a ser gravadas em vídeo. Com a anuência

da PJ, foi montada uma armadilha.

Após várias reuniões inconclusivas, Severiano Correia aceitou sair do banco com uma pasta contendo 50 mil euros, entregue à saída de

🔍 PORMENORES

● **NO PARLAMENTO**
Foi no dia 13 de Janeiro que Oliveira e Costa saiu da prisão para ser ouvido na Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso BPN

● **SILÊNCIO**
Aos deputados o ex-banqueiro evocou o segredo de justiça para se remeter ao silêncio.

● **EXAMES MÉDICOS**
Na segunda-feira Oliveira e Costa foi ao hospital prisional de Caxias para exames médicos em virtude do seu debilitado estado de saúde.

uma reunião com Oliveira e Costa no BPN, em Janeiro de 2008.

A PJ deteve ainda um advogado de Vizela, Domingos Freitas, que disse em tribunal ter executado o plano concebido por José Pimenta, ex-funcionário do BPN, e pelo filho deste, Bruno Pimenta. O pai não está presente no julgamento por doença e o filho nega que alguma vez tenha tido intenção de extorquir o BPN. Afirma que se limitou a pedir opinião sobre os documentos de Pevidém a Domingos Freitas. O quinto arguido é o advogado Guilherme Santos, acusado de fazer parte do esquema mas que nega o envolvimento na extorsão.

A audição de Oliveira e Costa foi combinada na última sessão de julgamento. O ex-presidente entra amanhã numa sala de audiências, mas desta vez é ele quem acusa. ■

Contas forjadas para mostrar a Constância

● José Fragoso de Sousa, antigo administrador do BPN para a área comercial e que foi afastado do cargo em 2006 por estar em desacordo com a restante administração do banco, recusou-se a assinar o relatório e contas de 2005. Segundo o antigo quadro José Ferreira, outro administrador do banco pediu-lhe “com urgência que colocasse a assinatura no relatório, evocando a circunstância de o relatório estar a ser solicitado pelo Banco de Portugal”.

Após a recusa em assinar o documento, que estava já rubricado por todos os restantes administradores, Fragoso de Sousa confessou que “no dia seguinte o relatório desapareceu da minha mesa”. Segundo o ex-administrador, terá sido produzido outro relatório, tendo o seu nome sido substituído. ■

“Planfin apenas processava os salários”

● Leonel Mateus, antigo quadro da SLN, revelou ontem que a Planfin, anteriormente definida na comissão de inquérito parlamentar como “a arquitecta das offshores”, só processava a remuneração dos funcionários que nela trabalhavam, cobrando esse valor à SLN. “A partir de 2002, a Planfin enquanto sociedade limitou-se a processar o vencimento das pessoas e a debitar esse valor à SLN”, explicou aos deputados, negando ter conhecimento de quem ordenava a criação dos paraísos fiscais do grupo então presidido por Oliveira e Costa. Leonel Mateus negou ainda ter ordenado quaisquer operações do BPN para o Banco Insular. ■ D.R.



Leonel Mateus

MIGUEL A. LOPES/JUSA



ÚLTIMA HORA Leonel Mateus contradiz-se

Novas contradições no BPN

ANTIGO quadro negou ter dado ordens de transferência para o Insular.

O número de contradições entre depoentes no caso BPN não pára de aumentar. Ontem, a comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN ouviu Leonel Mateus, antigo quadro da Planfin, empresa responsável pela contabilidade de empresas da área não financeira da SLN. Uma audição marcada pelas incoerências com anteriores depoentes, além de ter sido o primeiro responsável a recuar no seu discurso durante o inquérito dos deputados.

Leonel Mateus, negou ter alguma vez dado ordens relativas a operações de transferência entre o BPN e o Banco Insular. "É falso. Do Insular apenas conheço o nome", garantiu no Parlamento, acrescentando que "só os titulares das contas podiam dar ordens, eu entregava". O responsável afirmou ainda desconhecer as 'offshores' envolvidas em operações do grupo, frisando vá-

rias vezes que a sua intervenção se limitava a processar vencimentos e a debitar esses custos à SLN. Com estas afirmações iniciais, Leonel Mateus contradisse o depoimento de João Carvalho das Neves, António Duarte e Armando Pinto Fonseca, onde a Planfin foi apelidada de "arquitecta das 'offshores' e o responsável foi acusado de ordenar transferências para o Insular. No entanto, confrontado pelo deputado João Semedo, do Bloco de Esquerda, sobre o facto de ter sido administrador da sociedade Voilpart, que ordenou uma transferência de 11 milhões de euros para o Insular, Leonel Mateus recuou, dizendo não saber se, na altura dessa transferência, era ainda administrador da Voilpart. Depois da insistência dos deputados, Leonel Mateus assumiu ter entregue "milhares de ordens por mês" ao BPN. ■S.A.S.



■ LEONEL MATEUS

O antigo responsável da Planfin foi ontem ouvido na comissão ao caso BPN, na AR, onde também contradisse anteriores depoimentos.



Contradições voltam ao BPN

Parlamento. Ex-quadro de empresa do grupo SLN garante que nunca ouviu falar do Banco Insular

O antigo quadro da Planfin, do universo da empresa dona do Banco Português de Negócios (BPN) até à nacionalização, afirmou que do Banco Insular apenas conhece o nome e que a sociedade fazia sobretudo serviços administrativos.

“Nunca ordenei qualquer transferência para o Banco Insular, nem podia fazê-lo (...) é completamente falso. Do Banco Insular apenas conheço o nome”, afirmou Leonel Mateus na comissão de inquérito parlamentar à nacionalização do BPN.

Leonel Mateus, que deixou em 2005 a Planfin, Serviço de Planeamento Financeiro, desmentia assim o que foi dito em audição anterior pelo antigo administrador do banco e do grupo SLN, João Carvalho das Neves que se referiu a empresa como responsável pela criação, planeamento e arquitectura das ‘offshores’ da SLN e BPN. Na Planfin, garantiu, “prestava contas na área não financeira do grupo” e “assessoria administrativa e contabilística ao conselho da SLN e a empresas não financeiras do grupo”.

“Nunca constituí off-shore nenhuma, constituí sim muitas sociedades portuguesas que integram o grupo de diferentes áreas de negócio”, assegurou o antigo quadro da Planfin, onde trabalhou entre 2002 e 2005. Além disso, a actividade principal era a nível administrativo, na contabilidade das empresas não financeiras, incluindo os sectores do turismo e imobiliário.

Quanto a realizar ordens de transferências, além de assegurar que nunca fez qualquer transferência para o Banco Insular, afirmou que “quem dá ordens de transferências são titulares de contas” e que não era o seu caso, que neste campo fazia apenas “processamento de vencimentos das pessoas e debitava-o na integra á SLN, para quem as pessoas trabalhavam na realidade”. Questionado sobre o seu envolvimento nas investigações que correm, declarou que não esteve apenas “na qualidade de testemunha” no Banco de Portugal e da Procuradoria Geral da República.

Leonel Mateus disse também desconhecer a Planfin, que segundo o deputado do Bloco de Esquerda João Semedo, era detida em 50 por cento por Rui Fonseca, 24 por cento por Luís Caprichoso, 16 por cento pela SLN, 4 por cento pela mulher de Luís Caprichoso e os restantes 6,0 por cento por uma sociedade off-shore. ■ LUSA



BANCA

Deputados estranham desconhecimento alegado por antigo quadro do BPN

Depois das contradições detectadas com Dias Loureiro, as afirmações de Leonel Mateus contradizem outras audições



Miguel Baltazar

Dúvidas | O deputado do PSD, Hugo Velosa, considerou "frustrante" desconhecimento alegado por Leonel Mateus.

MARIA JOÃO GAGO
mjgago@negocios.pt

Vários deputados que integram a comissão de inquérito à nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN) estranham o desconhecimento e falta de memória que Leonel Mateus, antigo quadro do grupo, alegou ontem relativamente à actividade da Planfin, sociedade do universo Sociedade Lusa de Negócios (SLN) de que foi administrador. Isto porque outros responsáveis do grupo que já foram ao Parlamento apontaram o nome do ex-gestor da sociedade como tendo conhecimento das relações entre o BPN e o Insular. Além disso, a Planfin chegou a ser apontada como a "arquitecta das 'offshores'" irregulares do BPN, por parte de um membro da equipa de gestão de Miguel Cadilhe, João Carvalho das Neves.

"Para além do caricato da situação, estas contradições colocam um problema político que vou levantar na próxima reunião da comissão de inquérito", revelou João Semedo, do Bloco de Esquerda, ao **Negócios**, sublinhando que não é a primeira vez que se detectam versões contraditórias sobre os mesmos factos. "O caso do dr. Dias Loureiro é o mais flagrante mas não é o único", recordou.

Para Hugo Velosa, coordenador

do PSD na comissão, os esquecimentos de Leonel Mateus "suscitam muitas dúvidas". "É um pouco frustrante que alguém que, para outros depoentes teve um papel nessas matérias" das irregularidades cometidas no BPN, "alegue agora desconhecimento", afirmou o responsável social-democrata, recordando que Carvalho das Neves chegou a referir o nome de Leonel Mateus.

"Era uma pessoa que pertencia a uma sociedade central do grupo BPN, mas pela audição [de Leonel Mateus] parecia que a Planfin era um mero escritório de contabilidade", ironiza João Semedo.

Já Nuno Melo, do CDS-PP, desvaloriza o desconhecimento alegado pelo antigo gestor da Planfin, que desempenhou funções entre 2002 e 2005. "Pelo absurdo e pelas contradições esta audição só vem confirmar aquilo que a comissão já tinha apurado", afirmou ao **Negócios**, recordando que, sobre o papel que a Planfin teve nas irregularidades cometidas no BPN, ainda haverá mais audições. "Vão ser ouvidas outras pessoas que tiveram responsabilidades na sociedade".

Durante a audição de ontem, a deputada socialista Leonor Coutinho também evidenciou alguma surpresa pela falta de desconhecimento e memória alegados por Leonel Mateus.

Estas contradições colocam um problema político que vou levantar na próxima reunião.

JOÃO SEMEDO
Deputado do Bloco de Esquerda

É frustrante que alguém que para outros teve um papel nessas matérias alegue desconhecimento.

HUGO VELOSA
Deputado do PSD

CONTRADIÇÕES

DOIS CASOS QUE SUSCITAM DÚVIDAS

Antigo gestor da sociedade que criava "offshores" não sabia de nada

João Carvalho das Neves, administrador financeiro do BPN no tempo de Miguel Cadilhe, chamou à Planfin, sociedade do universo Sociedade Lusa de Negócios (SLN), a "arquitecta das 'offshores'". A afirmação foi feita na comissão de inquérito à nacionalização do banco. Ontem, no mesmo fórum, Leonel Mateus, antigo administrador daquela sociedade entre 2002 e 2005, disse nunca ter tido conhecimento de qualquer "offshore".

Esta é apenas uma das contradições suscitadas pela audição de ontem tendo em conta afirmações feitas por anteriores depoentes na mesma comissão de inquérito. Outra matéria que suscitou versões distintas foi a transmissão de ordens de transferências de

Entregava milhares de ordens por mês, inerentes à gestão dessas empresas

LEONEL MATEUS
Ex-gestor da Planfin

dinheiro do BPN para o banco cabo-verdiano Insular. António Franco, antigo director de operações e ex-gestor do BPN, e António José Duarte, que também trabalhou nesta direcção antes de ser promovido a assessor da administração, disseram que Leonel Mateus era um dos responsáveis do grupo que ordenava aqueles movimentos financeiros. O ex-gestor da Planfin garante que "é completamente falso. Do Insular apenas conheço o nome". Além disso, garantiu nunca ter dado ordens de operações ao banco. Limitava-se a entregar "milhares de ordens por mês" ao BPN, uma vez que a Planfin fazia a contabilidade de cerca de 50 empresas da SLN. "Eram ordens inerentes à gestão administrativa dessas empresas".



Manuel Dias Loureiro vai voltar a ser ouvido na comissão de inquérito, em data a marcar.

Dias Loureiro não conhecia fundo envolvido em contratos

O antigo ministro da Administração Interna afirmou na comissão de inquérito desconhecer o Excellence Assets Fund, que esteve envolvido no negócio de compra da empresa porto-riquenha Biometrics. No entanto, documentos posteriormente revelados pelo "Expresso" mostram que Manuel Dias Loureiro assinou contratos relativos a este negócio em que aquele fundo também participava.

Esta foi a primeira contradição suscitada no âmbito dos trabalhos da comissão que investiga a nacionalização do BPN e a actuação da supervisão neste processo. Na sequência deste caso, a generalidade dos partidos políticos manifestou interesse em voltar a chamar o membro do Conselho de Estado a prestar declarações ao inquérito parlamentar. Dias Loureiro disse-se disponível para regressar ao Parlamento, faltando apenas agendar a data da nova audição. Já depois desta primeira polémica, foram feitas na comissão declarações sobre o papel do empresário libanês Abdul Rahman El-Assir. Francisco Sanches, antigo administrador da SLN e braço-direito de José de Oliveira Costa, afirmou no Parlamento que o libanês, que Dias Loureiro apresentou ao grupo e que vendeu a Biometrics à SLN, era testa-de-ferro do BPN. Isto porque, segundo aquele testemunho, as suas três sociedades "offshores" - que tinham créditos junto do banco sem que tenham sido prestadas garantias - eram, na verdade, do banco. Na segunda audição de Dias Loureiro na comissão de inquérito é de esperar que os deputados também questionem o conselheiro de Estado sobre a verdadeira titularidade das "offshores" até há pouco imputáveis a El-Assir.